



DIRECIONAL

educador



Celso Antunes
TRABALHANDO
VALORES COM
A FAMÍLIA



GUSTAVO TEIXEIRA
Saúde mental nas escolas



SOMOS A **INSTITUIÇÃO** **DE ENSINO PIONEIRA** EM **NEUROPSICOPEDAGOGIA** →



Mais de **90% dos alunos especialistas** em NEUROPSICOPEDAGOGIA presencial, no Brasil, são **CENSUPEG**. Nosso curso é reconhecido pela **SBNPp**.
(Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia)



Mais de 200 Turmas em todo o Brasil

A qualidade dos Cursos de pós-graduação em **NEUROPSICOPEDAGOGIA** do **CENSUPEG** é atestada e reconhecida por mais de 4000 alunos.

Reconhecimento em todo o Brasil

Nossa instituição atende a normatização **SERES/MEC** para o cadastramento dos cursos de **Pós-Graduação Lato Sensu (especialização)**. De acordo com a **Resolução N° 02 de Fevereiro de 2014**.

 www.CENSUPEG.com.br
 /CENSUPEGposgraduação

censupeg@CENSUPEG.com.br 
0800 600 6808 

É sua hora de **escolher**. Invista em seu **futuro**.



GRUPO **CENSUPEG**



Faculdade São Fidélis, MEC, Portaria N° 344 de 07/04/2011.

www.CENSUPEG.com.br

ISSN 1982-2898

DIRETORES

Luiza Oliva
Marcelo Santos

EDITORA

Luiza Oliva

COLUNISTAS

Hamilton Werneck
Maria Irene de Matos Maluf
Nílson José Machado

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Aline Fernanda Camargo Sampaio
Ana Maria Antunes de Campos
Anazélia Franca Lira
Celso Antunes
Cristiani Freitas Ferreira
Cristina Jorge Dias
Cristine Rodrigues Soares
Edson Gabriel Garcia
Érika Ratkevicius
Jacqueline Matias dos Santos
Jane Patricia Haddad
Marta Pires Relvas

EDITORIAÇÃO

Adalton Martins
Vanessa Thomaz

ATENDIMENTO AO LEITOR E ASSINATURAS

Cátia Gomes

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Luiza Oliva
MTB 16.935
luiza@leituraprima.com.br

IMPRESSÃO

Laser Press

FILIADA À



APOIO



Direcional Educador é uma publicação mensal da Editora Leitura Prima, com circulação nacional.

Dirigida a diretores, educadores, coordenadores e demais profissionais que atuam na área da Educação.

Não é permitida a reprodução total ou parcial das matérias, sujeitando os infratores às penalidades legais. As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista Direcional Educador.

Direcional Educador não se responsabiliza pelo conteúdo dos cursos, congressos, eventos e informes publicitários divulgados neste veículo.

Al. dos Jurupis, 1005, conj. 94
CEP 04088-003 - São Paulo - SP
Tel (11) 2157-4825 e (11) 2157-4826
contato@leituraprima.com.br
www.direcionaleducador.com.br

Caro leitor,

Amor por ensinar, valores transmitidos pela família, educadores comprometidos com seu fazer, enfrentar com determinação as adversidades da vida. Esses são alguns dos temas abordados nesta edição que chega agora às suas mãos, caro leitor. Todos estão intimamente ligados e representam leitura instigante e obrigatória para este início de ano letivo.

A entrevista de capa desta edição, com o psiquiatra da infância e adolescência Gustavo Teixeira, trata das drogas, cada vez mais precocemente presentes na vida de nossos alunos, e do enfrentamento aos problemas comportamentais de crianças e adolescentes. Nada de tapar o sol com a peneira: em grandes e pequenas cidades, em escolas públicas ou particulares, as drogas estão por todos os lados e prevenir, com informação e embasamento, deve ser a palavra de ordem entre educadores, acredita o especialista. A prevenção ao bullying e o necessário acompanhamento e tratamento dos transtornos comportamentais também são abordados pelo psiquiatra na entrevista.

Nossa colaboradora Marta Pires Relvas continua abordando o conhecimento das neurociências para entender como a aprendizagem e o desenvolvimento infantil ocorrem. No artigo desta edição, ela trata da "Alfabetização sócio emocional e afetiva" que permeia a educação cognitiva da criança. Confira a partir da página 10. E Jane Patricia Haddad, na página 31, segue nos contando a história de João, o garotinho com TDAH. Não podemos deixar ainda de lembrar do texto do querido Celso Antunes, *Trabalhando valores no lar*, que tão bem trata das responsabilidades da família na transmissão de valores. Tema replicado na seção *Dicas para a Coordenação Pedagógica*, assinada por Cristiani Freitas Ferreira.

Deixo vocês na companhia agradável de nossos competentes articulistas.

Boa leitura e um abraço,

Luiza Oliva

Editora



Foto: Pedro Fortes

Edição 121 – Fevereiro/2015

Assine

E receba mensalmente o melhor conteúdo relacionado à educação.

- ✓ **Entrevistas**
- ✓ **Cursos à distância**
- ✓ **Artigos dos melhores especialistas**

(11) 2157-4825
(11) 2157-4826

contato@leituraprima.com.br
www.direcionaleducador.com.br
facebook.com/revistadirecionaleducador



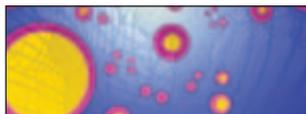
Fevereiro 2015



06
CAPA
Gustavo Teixeira
Por Luiza Oliva



18
OPINIÃO DO PEDAGOGO
Os nômades modernos
Hamilton Werneck



10
NEUROCIÊNCIA
A Neurociência explica a agressividade infantil - O lúdico para desenvolver a "Alfabetização sócio emocional e afetiva educacional"
Marta Pires Relvas



20
PÁGINA DO PSICOPEDAGOGO
Lembretes para o retorno às aulas
Maria Irene Maluf



13
TETRAEDRO
Kant, minha vó e as teorias
Nilson José Machado



22
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
O inventário das adversidades na Educação
Cristina Jorge Dias



14
PEDAGOGIA FREINET
Conflitos em Sala de Aula
Cristine Rodrigues Soares



26
RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA
Trabalhando valores no lar
Celso Antunes





28 DICAS PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Valores: parceria família-escola
Cristiani Freitas Ferreira



38 PSICOPEDAGOGIA

Psicopedagogia hospitalar e classe hospitalar: uma realidade atual
Anazélia Franca Lira e Jacqueline Matias dos Santos



31 TDAH

Dar a palavra a João
Jane Patricia Haddad



42 INCENTIVO À LEITURA

A formação de leitores e escritores proficientes em diferentes espaços: da sala de aula à biblioteca escolar
Aline Fernanda Camargo Sampaio



34 REFLEXÃO

A ausência de amor que devora e consome os profissionais da Educação
Érika Ratkevicius



46 FICÇÃO

Diário de Nira
Por Edson Gabriel Garcia



36 INCLUSÃO

Matemática inclusiva
Ana Maria Antunes de Campos



48 LIVROS AGENDA



Psiquiatra da infância e adolescência avalia importância de programas de prevenção às drogas nas escolas e como identificar e tratar os problemas comportamentais de crianças e adolescentes.

GUSTAVO TEIXEIRA

Luiza Oliva

Em 2007, Gustavo Teixeira concedeu uma entrevista à **Direcional Educador** abordando o tema da prevenção ao uso de álcool e drogas nas escolas. Infelizmente, o tema continua atual e voltamos ao assunto nesta edição, ouvindo o médico psiquiatra da infância e adolescência, que acaba de lançar o livro *Manual Antidrogas – Guia preventivo para pais e professores* (Editora BestSeller).

Para Gustavo, cada vez mais é necessária a formação dos educadores em relação ao uso de drogas e como preveni-lo entre crianças e adolescentes. Ele vê como urgente uma parceria entre os profissionais de saúde e educação para vencer esse inimigo cada vez mais presente na vida das famílias. Tudo deve começar desde bem cedo, já na Educação Infantil, afirma o médico, e também em relação às drogas lícitas, como álcool e tabaco. "Diversos estudos científicos reforçam a tese de que as drogas ditas lícitas, legalmente e socialmente aceitas, aumentam as chances dos jovens usarem no futuro drogas proibidas", constata Gustavo, que é professor visitante da Bridgewater State University, Mestre em educação pela Framingham State University, pós-graduado em Intervenções escolares no Autismo pela University of California (UCLA) e possui cur-

Pedro Fortes

so de extensão em Psicofarmacologia da Infância e Adolescência pela Harvard Medical School.

Quando se trata de falar sobre drogas, o professor deve estar preparado para responder as mais diversas perguntas dos alunos. Discursos autoritários ou ameaças de punições também devem andar longe da relação professor-aluno. "Eles aumentam a possibilidade de comportamentos opostos, desafiadores, desmotivando e muitas vezes promovendo o abandono dos estudos", diz Gustavo no livro *Manual Antidrogas*. Reforçar a autoestima dos alunos e promover a educação para comportamentos assertivos dos jovens estão entre as ações educativas que trazem resultados benéficos na prevenção às drogas.

Gustavo Teixeira também é autor de *Manual dos Transtornos Escolares*, *O reizinho da casa*, *Manual antibullying* e *Desatentos e hiperativos*, todos pela Editora BestSeller. Acompanhe a seguir a entrevista do médico psiquiatra à **Direcional Educador**.

DIRECIONAL EDUCADOR – Para iniciar nossa conversa: há quanto tempo o senhor atende adolescentes com vício em drogas e que percepção tem do problema atualmente? O Brasil tem números semelhantes a outros países?

GUSTAVO TEIXEIRA – Trabalho com jovens usuários de drogas há 12 anos e o cenário é de causar espanto e preocupação entre pais e educadores, pois os índices de uso e abuso de drogas entre jovens são altos e muito preocupantes. Sim, a maioria dos estudos internacionais apresenta índices semelhantes ao Brasil, quando o assunto é uso abusivo de álcool e outras drogas. Alguns estudos importantes referem que aos 14 anos de idade, 10% dos adolescentes faz uso regular de álcool; esses números saltam para 15% aos 18 anos de idade. Outro dado interessante e alarmante: 16% dos jovens com até 18 anos de idade utilizam regularmente drogas como maconha, cocaína ou ecstasy.

Em seu livro *Manual Antidrogas*, o senhor cita que a primeira experimentação de álcool e tabaco acontece por volta dos 12 anos. A precocidade no uso de drogas é um fenômeno mundial?

Sim, diversos estudos epidemiológicos mostram que os jovens estão experimentando drogas muito precocemente e essas substâncias legalmente autorizadas para venda (álcool e cigarro) são verdadeiras portas de entrada ao mundo das drogas. Essa precocidade da experimentação é muito grave, pois os estudos científicos também ilustram que quanto mais cedo é a experimentação e uso dessas substâncias, maiores serão as chances desse jovem ter um uso problemático com drogas e até mesmo se tornar dependente químico da substância no futuro.

Diante da precocidade do uso de drogas, que ações de prevenção o senhor recomenda nas escolas? E elas devem acontecer a partir de que faixa etária?

Programas preventivos devem ser criados nas escolas. Trata-se de uma forma eficaz e esses programas podem ser implementados desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio. Eles podem se basear em aulas, leituras, filmes, grupos de estudo e apresentações individuais em que o tema drogas é abordado continuamente na escola. Além disso, palestras e debates direcionados aos professores, pais e aos alunos com educadores, médicos, psicólogos, advogados, conselheiros, policiais, líderes comunitários e demais especialistas na área da dependência química mostram-se essenciais para a abordagem do tema sob diferentes aspectos e pontos de vistas. O objetivo de um programa escolar é orientar, informar e mostrar o "mundo das drogas" para os alunos, seus familiares e profissionais da educação com a intenção de formar opiniões favoráveis ao trabalho de prevenção pelas crianças e adolescentes inseridos no ambiente escolar. Essas atividades precisam ocorrer continuamente durante todo o ano letivo e envolver professores, orien-



Falar sobre drogas dentro de casa ou na escola por educadores é um tabu. Falta conhecimento, falta formação e existe também muito desinteresse do educador e dos gestores educacionais sobre o assunto.



tadores, pais e alunos, pois apenas dessa maneira surtirão um efeito positivo de prevenção.

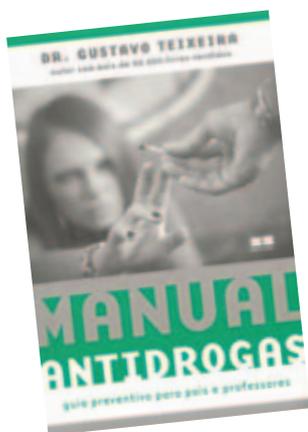
Complementando a pergunta anterior, pode discriminar, para os diversos segmentos escolares, quais seriam as ações preventivas recomendadas nas escolas?

Claro que na Educação Infantil deve-se focar em orientações gerais como: não falar com estranhos, não beber ou se alimentar de algo oferecido por pessoas fora de seu círculo de confiança, como pais, cuidadores, familiares e professores. No Ensino Fundamental novos conceitos podem ser explorados, lembrando que álcool e cigarro são as

gas ainda é tabu? O assunto é cercado de desconhecimento mesmo por educadores?

Sim, falar sobre drogas dentro de casa ou na escola por educadores é um tabu. Falta conhecimento, falta formação e existe também muito desinteresse do educador e dos gestores educacionais sobre o assunto. Sabemos que há situações reais e de difícil intervenção, como ação de traficantes nas escolas e por vezes até pais que são usuários de drogas ou traficantes.

Comumente nos sentimos frustrados diante de pais inflexíveis, ausentes e desinteressados. O educador deve tentar sensibilizar os pais sobre o impacto negativo que as drogas de abuso terão nas vidas das crianças e ado-



O objetivo de um programa escolar é orientar, informar e mostrar o "mundo das drogas" para os alunos, seus familiares e profissionais da educação com a intenção de formar opiniões favoráveis ao trabalho de prevenção pelas crianças e adolescentes inseridos no ambiente escolar.

"portas de entrada" para substâncias psicoativas (drogas). Tudo deve ocorrer de forma natural, são conceitos básicos que todos nós devemos aprender desde cedo.

Qual a relação entre bullying e uso de drogas?

Existe uma íntima relação entre o comportamento bullying e as drogas. Diversos estudos científicos demonstram que jovens autores de bullying (agressores ou bully) apresentam comportamento mais impulsivo e agressivo, possuindo também maior chance de fazer uso de drogas na adolescência.

Os alvos das agressões têm sua autoestima devastada e as sucessivas humilhações e agressões aumentam suas chances de desenvolver quadros ansiosos e depressivos graves, além de aumentar as probabilidades de iniciar o uso de drogas na adolescência como uma forma de fuga dessa violência vivenciada diariamente na escola.

A primeira dica que o senhor dá em seu livro aos educadores para prevenir o uso de drogas é buscar informações sobre o assunto. Falar sobre dro-

lescentes. Entretanto, todo educador precisa compreender também nossa própria limitação como profissional, pois há coisas que apenas os pais podem fazer pelos seus filhos. Devemos tentar ao máximo ajudar e sensibilizar pais e responsáveis sobre as mais diversas questões envolvendo aprendizagem ou problemas comportamentais, como drogas de abuso, bullying, etc. Mas, infelizmente o sucesso dessas intervenções depende também da colaboração da família.

Pode citar exemplos de projetos bem sucedidos de prevenção que tenha visto em instituições de ensino?

Infelizmente são raras as experiências de instituições brasileiras, pois falta conhecimento e interesse. Uma experiência de sucesso e que merece destaque no Brasil é o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, desenvolvido pela Polícia Militar de Minas Gerais e baseado no D.A.R.E., projeto criado e desenvolvido pela Polícia de Los Angeles em 1983. O PROERD oferece orientação sobre a prevenção de drogas de abuso para alunos de escolas públi-

cas no Estado de Minas Gerais, que foi pioneiro no Programa e hoje já existe também em outros estados brasileiros.

O que recomenda para escolas que enfrentam a presença das drogas no seu entorno e mesmo de pais de alunos envolvidos com drogas? Muitas vezes por segurança os professores preferem não interferir.

Precisamos ter interesse. Pais e educadores precisam estudar e obter conhecimento sobre o tema envolvendo as drogas. Esse foi meu principal objetivo ao escrever o livro *Manual Antidrogas*. As instituições de ensino precisam criar programas escolares antidrogas, capacitar seus professores e funcionários, buscar parcerias com o poder público, ONGs, Polícia Militar e secretarias de saúde e educação.

Não é tarefa fácil, mas precisamos fazer algo. Infelizmente, a nossa realidade é que muitos dos profissionais da educação brasileira, incluindo gestores e educadores, são o reflexo do Brasil como um todo: desinteressados e mal preparados. Sou muito crítico, pois temos um potencial enorme, mas a grande maioria da população é adepta do "jeitinho brasileiro". Sou um entusiasta e acredito em projetos educacionais bem sucedidos realizados em países desenvolvidos. São programas preventivos ao uso de drogas, programas de prevenção ao bullying e projetos de intervenção nos transtornos comportamentais da infância e adolescência. Infelizmente tento divulgar e implantar esses projetos no Brasil, mas esbarro no desinteresse de pseudoeducadores. Muito triste nossa realidade!

Hoje há uma parcela considerável de profissionais de saúde e da educação que criticam a indiscriminada medicalização de crianças e jovens visando o controle de distúrbios e síndromes e melhores resultados na aprendizagem. Como analisa essa questão?

Na verdade, são diversas questões que precisam ser analisadas. Precisamos pensar na medicina baseada em evidências científicas. Ninguém pode expor crianças e adolescentes a tratamentos sem comprovação científica.

Nesse sentido, temos dois grandes problemas: médicos mal formados e que fazem diagnósticos equivocados e assim, propõem tratamentos errados. O outro problema é a existência de profissionais sem formação médica e que levantam bandeiras "contra isso ou aquilo". Normalmente, essas pessoas não têm conhecimento científico ou formação, nem frequentam congressos médicos no Brasil ou exterior, mas mesmo assim se dizem especialistas. O absurdo é tão grande que observo pessoas dizen-

do que transtorno de déficit de atenção e dislexia não existem! Isso é o fim da linha, selva... Será que estamos realmente voltando para a Idade Média?

Portanto, todo tratamento de transtornos escolares deve seguir orientação de um médico psiquiatra especialista em infância e adolescência ou por um neuropediatra experiente. Muitas opções terapêuticas estão disponíveis e cada caso deve ser avaliado individualmente. Alguns necessitam de medicação, outros de terapia cognitivo-comportamental, fonoaudiologia e assim por diante.

Como os educadores podem ajudar a identificar os transtornos comportamentais e como devem orientar os pais? O professor pode identificar quando o aluno deve ser encaminhado para um atendimento especializado?

O educador deve encaminhar a criança ou adolescente para um serviço de psiquiatria infantil ao identificar que existe alguma dificuldade específica no funcionamento acadêmico ou social desse estudante.

Se existem prejuízos ou sofrimento na socialização ou desempenho escolar, algum transtorno comportamental pode estar presente e assim a avaliação comportamental completa pode auxiliar na resolução do problema. Vale ressaltar que apenas o médico pode realizar essa avaliação. Trata-se de uma prerrogativa médica.

Já temos escolas e redes públicas onde é obrigatória a presença do psicopedagogo na instituição. Como vê a presença e raio de ação desse profissional em casos de alunos com dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais?

Sim, a participação de psicólogos e psicopedagogos nas escolas é muito importante. Entretanto, será fundamental que exista uma rede médica de apoio e orientação a esses profissionais. As crianças e adolescentes com sintomas de transtornos comportamentais precisam ser avaliadas em serviços médicos especializados em saúde mental infantil para que seja traçado um plano individual de tratamento. Será função do médico assistente planejar esse plano individual de tratamento e orientar os profissionais escolares para melhor atender as demandas e dificuldades de cada estudante. A palavra-chave dessa intervenção será Interdisciplinariedade! Os profissionais precisam trabalhar como uma equipe para atender a demanda desse aluno.

Contatos com Gustavo Teixeira:
www.comportamentoinfantil.com